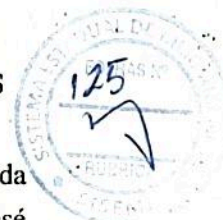


CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA




259 tamanho minúsculo de algumas RPPN's não representar a biodiversidade no local e que, no
260 entanto a iniciativa é contaminar a sociedade para preservação ambiental com educação
261 ambiental e outras ações que podem ser desenvolvidas nas RPPN's. A conselheira Maria Diná
262 da SECTES também é pela aprovação, considerando que ali houve um trabalho técnico que
263 merece credibilidade. O conselheiro José Henrique da SEFAZ, questiona sobre questão que o
264 Professor Luis Antônio levantou, com relação a extensão territorial, ela com base na norma,
265 ainda que seja uma área pequena e que não expressa, se ela é prevista. Adriana – IEF esclarece
266 que o Decreto que traz a criação de RPPN, ele não determina o tamanho, que depende da
267 vontade do proprietário. O conselheiro José Henrique – SEFAZ comenta que fora a
268 biodiversidade em relação ao benefício à sociedade como um todo é notória e questiona com
269 relação ao proprietário, qual é o benefício que tem em face da aprovação? Adriana – IEF
270 responde que são vários, desde uma proteção, alguma área específica que se queira proteger e
271 financeiro, agora pela alteração da Lei Federal – o novo código florestal, tem trazido alguns
272 benefícios, mas ainda não está implementado na Lei Estadual, mas como foi dito, no próprio
273 Estado, tem o bolsa verde que é um programa do conhecimento de todos, é um programa que
274 incentiva quem tem cobertura vegetal nativa preservada. O conselheiro José Henrique – SEFAZ,
275 pergunta que: em caso sendo reconhecida, há um benefício de natureza tributária?. Adriana –
276 IEF esclarece que o proprietário tem isenção de imposto rural daquela área, específica e o
277 município, toda vez que o IEF cadastra as RPPN's no sistema nacional, aumenta a arrecadação
278 do município, o índice de qualidade e o município também recebe uma maior parcela de ICMS
279 Ecológico e às vezes, o ganho do proprietário, acaba sendo coletivo no sentido financeiro.
280 Dentro do Estado são algumas atividades de fomento que faz a troca ou bolsa verde, ou a
281 redução do imposto rural e o município porque tem uma quantidade maior de ICMS. Após a
282 explicação o conselheiro José Henrique – SEFAZ vota pela aprovação das criações das RPPN's.
283 O conselheiro Luis Antônio – UFLA comenta que a respeito do ônus que o proprietário terá em
284 decorrência da criação desta RPPN é o de ser responsável pela confecção do Plano de Manejo e
285 indaga se o IEF dará apoio ao proprietário para elaboração deste Plano. Adriana – IEF responde
286 que o IEF tem uma área técnica, sendo que, quando o proprietário necessita de apoio neste
287 sentido, o IEF dá o apoio e que este Plano de Manejo não é tão complexo quanto uma unidade
288 de conservação do estado que você tem ali visitas, mas tem RPPN's que já foram criadas e
289 que tem modalidades que está sendo muito utilizada agora, até voltada para a questão do
290 turismo, vinculados a estes esportes turísticos, muito vistos no entorno de grandes parques, por
291 exemplo: Serra da Canastra, Ibitipoca, Caraça, onde se tem o volume de fluxo, de turistas muito
292 grande e o proprietário também quer ter sua parcela turística que aliás é uma das únicas coisas
293 que ele pode explorar a RPPN é para fins turísticos e biológicos. Logo, o IEF tem lidado com
294 planos de manejo muito bem elaborados neste sentido, voltando para trilhas interpretativas para
295 algum tipo de esporte, mas que concilie a parte protetiva com a parte econômica que é a famosa
296 sustentabilidade. Neste caso, os planos de manejos são mais completos porém, é uma pessoa
297 que já está enxergando a RPPN como um fim mais lucrativo dentro do contexto da região onde
298 ele se insere. Por outro lado, tem os proprietários que tem aquela RPPN para deixar lá mesmo,
299 preservando sem alterar nada, sem extrair, então, este plano de manejo é muito simples, não é
300 nada complexo, é mais manter algumas ferramentas para manter aquela área protegida, o aceiro,
301 cercamento, evitar o gado, e tecnicamente o IEF tem os Regionais, os técnicos que dão o apoio

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



302 sempre quando necessário, sempre que solicitado. Lógico que o IEF não tem como atender toda
303 a demanda do Estado, mas sempre quando tem condições, o IEF atende, O conselheiro José
304 Henrique pergunta se o Instituto grava o imóvel de forma perpétua, se é levado a registro e na
305 eventualidade de haver alienação deste bem fica registrado. Adriana – IEF responde que sim,
306 que fica registrado. Maria Honoria – IEF, inicia sua fala louvando a preocupação do conselheiro
307 Henrique – SEAPA e esclarece que dentre a seriedade com a qual este trabalho, processo é
308 levado, ela está de acordo com a aprovação das RPPN's. O conselheiro Henrique – SEAPA
309 esclarece que não colocou em momento alguma dúvida sobre a seriedade do trabalho, que
310 trabalha diretamente com o Diretor de Áreas Protegidas, fazendo pela Secretaria de Agricultura
311 a avaliação das unidades de conservação em criação, que o mesmo faz os relatórios pela
312 SEAPA, quais as preocupações, se faz propostas de ampliação, que acompanha e sabe da
313 seriedade dos trabalhos de criação e que se a pergunta tivesse sido respondida seria favorável a
314 todas as criações de RPPN's , mas como a pergunta não foi respondida, fica uma lacuna de que
315 o ato deixa de ser voluntário, passa a ser uma obrigação, uma exigência, durante um ato de
316 licenciamento ambiental e isso poderá incorrer em alguns problemas diferenciados que fogem a
317 este conselho, sendo assim, prefere se resguardar com o voto favorável à que o empreendedor
318 está se colocando como ato voluntário e as demais RPPN's, continua com voto contrário a não
319 ser que estes processos sejam baixados em diligência para que esta informação do licenciamento
320 venha e a SEAPA faça voto favorável, mas como é somente um voto em desfavor, não será
321 necessário a baixa em diligência. Adriana – IEF dá por aprovada as criações de RPPN, pela
322 maioria devido ao voto contrário do conselheiro, pede o registro em ata e passa para o próximo
323 assunto que é a apresentação dos resultados do Conselho do IEF no exercício 2012. Apresentado
324 pela secretaria executiva do IEF, uma breve descrição da formação do Conselho de
325 Administração, sendo sua estrutura formada por: Presidência, Secretaria executiva, um plenário
326 e duas câmaras técnicas sendo: projetos institucionais e recursos administrativos; a plenária
327 composição dos membros. Posteriormente foi apresentado um breve resultado de 2012 com
328 relação às reuniões do ano que foram: 4 reuniões plenárias, 2 alterações de regimento interno
329 que causou sua melhoria; aprovação dos demonstrativos financeiros em atraso dos períodos:
330 2010 e 2011; criação de 29 RPPN's e aprovação de 7 planos de manejo. A participação das
331 entidades de todos os conselheiros, sendo até o momento a Secretaria de Estado de
332 Desenvolvimento a que não participou de nenhuma reunião. Com relação às câmaras técnicas,
333 só a de Recursos Administrativos que reunião no ano anterior. Foram 4 reuniões, para
334 alinhamento dos julgamentos de processos e julgados 50 processos. Na plenária não tem mais
335 passivo a ser deliberado ou julgado, porém na câmara técnica de recursos administrativos tem
336 um passivo de 8593 processos, acumulado um valor estimado de arrecadação de
337 aproximadamente 97 milhões, sendo este o passivo do Conselho. O calendário provisório de
338 reuniões foi apresentado ficando: 27/06, 26/09 e 19/12 as próximas reuniões ordinárias plenárias
339 caso haja pauta ou necessidade, podendo ser desmarcadas e as reuniões de câmara técnica de
340 recursos administrativos uma reunião por mês, ficando a próxima para 29/05, 20/06/, 25/07,
341 29/08, 19/09, 31/10, 28/11 e 12/12. Adriana – IEF justifica que as reuniões mensais da câmara
342 técnica de recursos administrativos é pela questão do volume de processos que o Conselho tem
343 hoje, e explica que é ruim esta demora também para ou autuado, pois o mesmo aguarda uma
344 resposta do órgão, sendo positiva ou negativa e que o IEF vem acumulando este passivo o que



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
ATA DA 211ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

345 não é positivo para a instituição; que por mais que a pessoa tenha cometido um crime ou não
346 aguarda por uma resposta de seu recurso; que o IEF vem tentando otimizar, melhorar a análise
347 técnica dos processos, foram alocadas mais pessoas para tentar atender as reivindicações dos
348 conselheiros; que foi realizada uma troca de todos os procuradores da AGE lotados na SEMAD,
349 que são pessoas “novas”, não deixam de ser competentes, mas a grande maioria nunca trabalhou
350 com a questão ambiental e que, um ponto positivo é que o Conselho de Administração conta
351 com um jurídico, que já está acostumando com a questão ambiental. Esclarece também que os
352 procuradores da AGE tem um padrão para validar juridicamente os processos, e que, cada vez
353 que vem um novo, passamos por uma readequação diferente inclusive em processos que
354 estariam prontos para serem pautados em uma futura reunião, mas o IEF está acostumado com
355 essa dinâmica sendo que o necessário seria tentar melhorar um pouco, pois de 7 mil processos
356 aproximadamente, votar 50 em um ano é muito pouco diante a demanda e cobrança que temos
357 da sociedade por uma resposta. Outra cobrança que temos recebido é a da Controladoria Geral
358 do Estado que vem nos auditando e do Ministério Público , pois muitos destes autos de infração
359 envolvem inquéritos criminais. Muitas das vezes, um juiz ou promotor nos solicita informação
360 acerca do processo administrativo que está demorando a ser julgado, o que pode acarretar na
361 demora de um julgamento na esfera judicial também, pois um relato técnico constante no
362 processo auxilia eles também, isso amarra muito os trabalhos. Adriana cita que tem mostrado
363 estes resultados para que os conselheiros que nos auxiliam com suas participações, ajudarem a
364 trazer uma forma de agilizarem estes julgamentos, para trazeremos uma resposta ágil, efetiva,
365 dentro dos critérios legais, para conseguirmos evoluir nos números apresentados. O conselheiro
366 José Henrique – SEFAZ alega que ainda que seja pequeno, efetivamente a CRA só teve duas
367 reuniões para julgamento, até então porque as duas outras primeiras foram objetos de
368 alinhamento, etc. e que nas reivindicações realizadas no ano anterior, além da alteração do
369 Regimento Interno e da dinâmica da votação proposta, foi reivindicado também, inclusive salvo
370 em ata a possibilidade do pagamento de “jeton” para todos os conselheiros e o mesmo não sabe
371 se foi levado a quem de direito para análise de situação e que acha importante o julgamento dos
372 processos sim, mas a contrapartida tem de ser vista para aqueles que ali participam, que veja-se
373 no CAP que tem “jeton”, o Conselho de Contribuintes do Estado e em outros conselhos do
374 estado tem “jeton” logo então o conselheiro entende que a reivindicação é legítima, uma vez
375 que eles devem se dedicar, atualizar, estudar sob pena de prejudicar o próprio atuado ou o
376 atuante, no caso o Estado. E que, sendo uma reunião por mês, gostaria de unir-se e avaliar um
377 valor a ser levado a quem de direito para estudar e verificar a situação. Adriana – IEF esclarece
378 que na última reunião do Conselho de Administração houve uma alteração no regimento com
379 relação aos relatos dos processos, que os mesmos não serão relatados pelos membros, pois é
380 quase que absurdo o IEF enviar 50, 200, 300 processos para os conselheiros fazerem nossos
381 trabalhos e que isso foi consenso entre os secretários de estado na última reunião que teve nesta
382 câmara, gostaria que os conselheiros lessem a ata o que ficou pautado e aprovado, porque isso é
383 uma mudança regimental, não é simplesmente uma mudança de procedimento, todos os
384 secretários de estado que estavam ali presentes, todos concordaram com que a equipe técnica do
385 IEF faça toda a análise de parecer e encaminhará para votação contrária ou a favor, assim como
386 já acontece na CNR, todo relato, atributos e justificativas técnicos e jurídicos são levados aos
387 conselheiros e aqueles processos que os conselheiros entenderem que tem de pedir vistas ou